

# PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
PLANEJAMENTO



**Pedreiras**  
Tempo de Reconstruir  
GOVERNO MUNICIPAL



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

PROJETO DE LEI Nº 003/2021



**SÚMULA:** Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do Município de Pedreiras para o exercício de 2022 e dá outras providências.

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, ao art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e a Lei Orgânica do Município de Pedreiras, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2022, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre as alterações na Legislação Tributária do Município;
- VII - as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e
- VIII - as disposições finais.

**Parágrafo único.** Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I - Anexo de Metas Fiscais, composto de:
  - a. demonstrativo de metas anuais;
  - b. avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

AMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

- c. demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- d. evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios;
- e. origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f. demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; e
- g. demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

II - Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

III - Anexo de Metas e Prioridades;

IV - Demonstrativo de Obras em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000;

**CAPÍTULO I**  
**METAS E PRIORIDADES DA**  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** Em conformidade com o artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, a Lei Orçamentária para o exercício de 2022 deverá observar as ações prioritárias e as respectivas metas estabelecidas no plano plurianual 2022-2025 e nos dispostos desta Lei abordadas em seus anexos de Metas e Prioridades, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem limites à programação das despesas, em cumprimento às normas da Lei nº. 4.320 de 1964 e a Lei Complementar nº. 101, de 2000.

**§ 1º** Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2022 será dada maior prioridade:

- I - à promoção humana e qualidade de vida da população, buscando combater a exclusão e as desigualdades sociais;
- II - à atenção especial no atendimento à criança e ao adolescente;
- III - à eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos;
- IV - à promoção e desenvolvimento da infraestrutura urbana, com ênfase na acessibilidade e mobilidade;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/10/2021  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

- V - ao fomento da economia do Município, buscando sempre o desenvolvimento sustentável;
- VI - às ações que visem garantir eficiência e qualidade na oferta dos serviços de saúde enfatizando a prevenção;
- VII - à implementação de ambiente educacional eficiente, com foco nas pessoas e no desenvolvimento tecnológico;
- VIII - à integração e a cooperação com os governos Federal, Estadual e com os Municípios da Região;
- IX - à valorização do patrimônio ambiental e cultural do Município;
- X - à implementação de política habitacional pautada no crescimento urbano planejado, dotado de toda infraestrutura necessária;
- XI - à implementação de políticas públicas objetivando a erradicação da pobreza e da fome;
- XII - promoção da educação básica de qualidade para todos;
- XIII - redução da mortalidade infantil e combate às doenças;
- XIV - à implementação de ações que visem garantir a sustentabilidade ambiental;
- XV - à implementação de ações a fim de fortalecer o desenvolvimento local através de políticas que ampliem o mercado de trabalho para jovens;
- XVI - à implementação de ações que busquem a valorização da agricultura e da melhoria na qualidade de vida na Zona Rural do Município; e
- XVII - à implementação de ações voltadas à melhoria na segurança pública do Município.

§ 2º A execução das ações vinculadas às metas e prioridades, do Anexo a que se refere o caput, estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Art. 3º As Ações/Metas especificadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Municipal deverão estar em consonância com as especificadas no Plano Plurianual - PPA, período 2022-2025, a ser aprovado pela Câmara Municipal até o término do segundo período da sessão legislativa, e, ainda, constar da Lei Orçamentária

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

Anual para 2022, ambas a serem encaminhadas à Câmara Municipal até 31 de agosto de 2021.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em conformidade com o anexo das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo e com base no que preceitua o § 2º e excetua o § 3º apresentados a seguir.

§ 2º Exige-se no âmbito do planejamento governamental, a compatibilidade hierarquizada das peças orçamentárias, sendo a LDO a interface entre o PPA e a LOA, devendo assim, o anexo das metas e prioridades para o exercício financeiro de 2022 que orientará a elaboração da LOA deste mesmo ano, ser obrigatoriamente compatível com as diretrizes, objetivos e metas a serem elencados no projeto de lei que estabelecerá o planejamento estratégico - PPA 2022/2025, a ser encaminhado à Câmara até 31 de agosto do ano corrente.

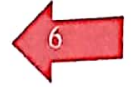
§ 3º Todos os anexos componentes desta Lei que necessitem de compatibilidade com o PPA 2022-2025, serão simultaneamente enviados obedecendo o mesmo prazo legal ao qual este deve obediência a fim de resguardar a plena eficiência, eficácia e efetividade da organização e operacionalização da LOA 2022.

§ 4º Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual - PPA.

§ 5º Em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos, fundos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressalvar, sempre que possível, as ações vinculadas às metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

**Art. 4º** O momento de incertezas decorrentes dos reflexos da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) em que ocorre a elaboração deste projeto de Lei, no tocante às projeções de metas e outras ações de enfrentamento à pandemia referentes ao exercício financeiro 2022, prescinde o município ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas, ficando o mesmo autorizado a promover sua atualização, conforme orientação através das notas técnicas SEI nº 12774/2020/ME e nº 21231/2020/ME do Ministério da Economia.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PREFEITO





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

**Art. 5º** Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações - Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 6º** Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade em um processo de democracia participativa, voluntária e universal, em atendimento ao disposto no art. 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

§ 1º Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) e seguindo todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde, do Governo Federal, Governo do Estado do Maranhão e do Governo Municipal de Pedreiras, apresenta-se como justificativa à não realização presencial da audiência pública para discussão das Metas e Prioridades referentes ao exercício de 2022 a proibição de eventos que reúnam grande quantidade de pessoas. Por esta razão, a audiência realizar-se-á na modalidade virtual com convites a serem disponibilizados através de link no portal da Prefeitura Municipal extensivo a toda a sociedade Pedreirense.

**CAPÍTULO II**  
**ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 7º** A Lei Orçamentária compreenderá o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social.

**Art. 8º** O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Pedreiras relativo ao exercício de 2022 deverá obedecer aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observado o seguinte:

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 20/06/2021  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

- I - o princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da Cidade, bem como combater a exclusão social;
- II - o princípio do controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
- III - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e
- IV - o princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

Art. 9º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - **Diretriz:** o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;
- II - **Função:** o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- III - **Subfunção:** uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- IV - **Programa:** o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- V - **Ação:** especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, descrevendo o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos, que devem ser detalhados em unidades e medidas;
- VI - **Atividade:** o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
MARANHÃO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

VII - **Projeto:** o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;

VIII - **Operação especial:** o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

IX - **Órgão orçamentário:** constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, ao qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolverem um programa de trabalho definido;

X - **Unidade orçamentária:** constitui-se em um desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta ou da administração indireta, em cujo nome a lei orçamentária anual consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho;

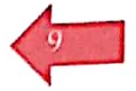
XI - **Modalidade de aplicação:** indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito ou mediante transferência para entidades públicas ou privadas.

XII - **Concedente:** o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de recursos orçamentários; e

XIII - **Conveniente:** as entidades da Administração Pública Municipal e entidades privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de recursos orçamentários.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
ARQUIVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE







ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

§ 2º Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

**Art. 10.** As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos, atividades e operações especiais, de modo a especificar a ação/meta integral ou parcial dos programas de trabalho.

**Art. 11.** O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até 31 de agosto de 2021, nos termos da Lei Orgânica do Município, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

**Art. 12.** A receita orçamentária será discriminada pelos seguintes níveis:


- I - Categoria Econômica;
- II - Origem;
- III - Espécie;
- IV – Desdobramentos para identificação de peculiaridades; e
- V - Tipo;

§ 1º A Categoria Econômica da receita, primeiro nível de classificação, está assim detalhada:

- I - Receitas Correntes - 1; e
- II - Receitas de Capital - 2.

§ 2º A Origem, segundo nível da classificação das receitas, é o detalhamento das categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

§ 3º O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.

  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

§ 4º Ao quarto nível, foram reservados 4 dígitos para desdobramentos com a finalidade de identificar peculiaridades de cada receita, caso seja necessário. Desse modo, esses dígitos podem ou não ser utilizados conforme a necessidade de especificação do recurso

§ 5º O último nível, reservado ao tipo, correspondente também ao último dígito na natureza de receita, e tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza sendo: "0", quando se tratar de natureza de receita não valorizável ou agregadora; "1", quando se tratar da arrecadação Principal da receita; "2", quando se tratar de Multas e Juros de Mora da respectiva receita; "3", quando se tratar de Dívida Ativa da respectiva receita; e "4", quando se tratar de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita.

**Art. 13.** A despesa orçamentária será discriminada por:

- I - Órgão Orçamentário;
- II - Unidade Orçamentária;
- III - Função;
- IV - Subfunção;
- V - Programa;
- VI - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VII - Categoria Econômica;
- VIII - Grupo de Natureza da Despesa;
- IX - Modalidade de Aplicação;
- X - Elemento de Despesa; e
- XI - Fonte de Recursos.

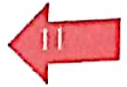
§ 1º A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada:

- I - Despesas Correntes - 3; e
- II - Despesas de Capital - 4.

§ 2º Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;

  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4; e

V - amortização da dívida - 5.

§ 3º A Modalidade de Aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social; e

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

§ 5º A Lei Orçamentária Anual para 2022 conterà a destinação de recursos, classificados por Fontes, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

I - O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades;

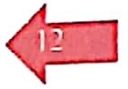
II - As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo; e

III - Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 6º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 7º Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas, exclusivamente pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, mediante publicação de decreto no Diário Oficial do Município, com as devidas justificativas.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
ARQUIVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

§ 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às atualizações dos Planos de Contas da Receita e da Despesa, durante a execução orçamentária.



**Art. 14.** A Reserva de Contingência prevista no art. 39 desta Lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

**Art. 15.** A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

- I - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e
- II - ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

**Art. 16.** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na proposta orçamentária de 2022 as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento, ao Poder Legislativo, do correspondente Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 17.** A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I - o comportamento da arrecadação de receitas do exercício anterior;
- II - o demonstrativo, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;
- III - a situação observada no exercício de 2020 em relação aos limites de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;
- IV - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- V - o demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/2000;
- VI - a discriminação da dívida pública total acumulada;

**Art. 18.** O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

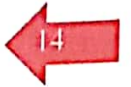
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADA  
EM \_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei; e
- V - discriminação da legislação da receita e da despesa referente ao Orçamento Fiscal.

§ 1º Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.



**CAPÍTULO III**  
**DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO**

**Art. 19.** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento), relativo ao somatório das receitas tributárias, efetivamente realizadas no exercício anterior, em conformidade com a Emenda Constitucional n.º 58/2009.

§ 1º O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

**Art. 20.** O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 12 de junho do corrente exercício, observadas as disposições desta Lei.

**CAPÍTULO IV**  
**DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS**  
**ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

**SEÇÃO I**  
**Diretrizes Gerais**

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

**Art. 21.** A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2022 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.



§ 1º Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I - pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, dos instrumentos de gestão previstos no art. 48, *caput*, da Lei Complementar nº 101/2000.

II - pelo Poder Executivo:

- a) da Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- b) das alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;
- c) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e
- d) do Relatório de Gestão Fiscal.

§ 2º Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, por meio da **Secretaria Municipal de Planejamento**, e da **Controladoria-Geral do Município**, deverá manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no art. 48, *caput*, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 22.** As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

**Art. 23.** O Poder Executivo, sob a coordenação da **Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Planejamento**, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado, no mínimo, por órgão e por fonte de recursos, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

AMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

§ 1º O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a aprovação da Lei Orçamentária de 2022, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.



§ 2º O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2022.

**Art. 24.** No prazo previsto no § 2º do artigo anterior, o Poder Executivo, sob a coordenação da **Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Planejamento**, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 25.** Se for verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário nominal estabelecidos no anexo de metas fiscais, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo e no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais, desta Lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 2º Na hipótese da ocorrência de limitação de empenho e movimentação financeira, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2023  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

**Art. 26.** Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

**Art. 27.** A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

**Art. 28.** É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

**Parágrafo único.** Somente serão incluídas, na proposta orçamentária anual, dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo Legislativo Municipal até 30 de junho de 2021.

**Art. 29.** A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos a serem incluídos na proposta orçamentária de 2022 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 5º, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 62/2009, discriminados conforme detalhamento constante do art. 15 desta lei, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V - data da autuação do precatório;
- VI - nome do beneficiário;

AMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE







ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

- VII - valor do precatório a ser pago;
- VIII - data do trânsito em julgado; e
- IX - número da vara ou comarca de origem.



**Art. 30.** Na programação da despesa não poderão:

- I - ser incluídas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - ser incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, reconhecidos na forma do art. 167, §3º, da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município;

**Art. 31.** Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I - ações que não sejam de competência exclusiva ou comum do Município, ou com ações para as quais a Constituição Federal não estabeleça a obrigação do Município de cooperar técnica e/ou financeiramente; e
- II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.

**Art. 32.** É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, subvenções econômicas, auxílios ou contribuições, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com ou sem fins lucrativos e amparadas por Leis Municipais.

**Art. 33.** A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

- I - custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do Município ao sistema de seguridade social, compreendendo o Regime Geral de Previdência bem como Regime Próprio de Previdência Municipal, conforme legislação em vigor;
- II - custeio administrativo e operacional;
- III - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde;
- IV - pagamento de sentenças judiciais;

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2023  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

V - contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos e das operações de crédito; e

VI - reserva de contingência, conforme especificado no art. 40 desta Lei.

**Parágrafo único.** Somente depois de atendidas as prioridades supra arroladas poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

**Art. 34.** As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

**Art. 35.** O controle de custos, a avaliação de resultados previstos no art. 4º, inciso I, alínea “e”, e no art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, e a avaliação dos Programas de Governo constantes do Plano Plurianual - PPA, serão realizados pela Controladoria-Geral do Município.

## SEÇÃO II

### Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

**Art. 36.** O Orçamento Fiscal estimará as receitas e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

**Art. 37.** É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

**Art. 38.** Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

- I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II - o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e
- III - as alterações tributárias.

**Art. 39.** A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência no valor até um por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a

AMARA INACIAR DE PEDREIRAS  
PRESIDENTE  
30/06/2021



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.



**Art. 40.** A Reserva de Contingência prevista no art. anterior será constituída, exclusivamente, pelas Fontes de Recursos 000 (Recursos Ordinários - Livres).

**Parágrafo Único.** Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados à prestação de serviços públicos de assistência social, saúde, educação, defesa civil, ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública e precatórios.

**Art. 41.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, autorizado a realizar Transposição, remanejamento ou transferência de recursos.

**Art. 42.** Entende-se por Transposição, remanejamento ou transferências de recursos à realocação de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização Legislativa.

**Art. 43.** A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto nos arts. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Para a reabertura dos créditos previstos no *caput*, o Executivo utilizar-se-á dos instrumentos previstos no art. 43, § 1º, incisos I, II, III e IV da Lei Federal nº 4.320/1964.

**Art. 44.** Os recursos de convênios repassados pelo Município a outras entidades públicas ou privadas deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Controladoria-Geral do Município.

SEÇÃO III

SEÇÃO IV

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

EM  
30/06/2021  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

**Art. 45.** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194 a 196, 199 a 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;

II - do Orçamento Fiscal.

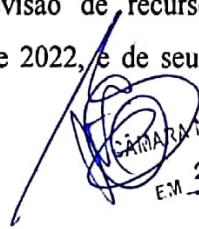
**Parágrafo único.** Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

**CAPÍTULO V**  
**DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO**  
**COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 46.** As despesas com pessoal e encargos sociais para 2022 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis na Lei Complementar nº 101/2000 e na legislação municipal em vigor.

**Art. 47.** Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de abril de 2021 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, bem como as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000, observado o contido no art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

**Art. 48.** O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentária de 2022, e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação

  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

específica, observando os limites do art. 20, inciso III, e do art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000.



**Parágrafo Único.** Para atender ao disposto neste artigo serão observados os limites estabelecidos nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 49.** O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, publicará até 31 de agosto de 2021, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

§ 1º O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

§ 2º Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

**Art. 50.** O Poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2022, deverá enquadrar-se na determinação do art. 49 desta Lei, com relação às despesas com pessoal e encargos sociais.

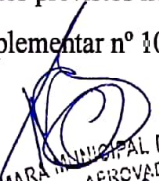
**Art. 51.** No exercício financeiro de 2022, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 49 desta Lei;

II - houver vacância, após 31 de agosto de 2021, dos cargos ocupados, constantes da referida tabela;

III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

IV - forem observados os limites previstos no art. 47 desta Lei, ressalvado o disposto no art. 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000.

  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30 de 06 2021  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

**Parágrafo único.** A criação de cargos, empregos ou funções somente poderá ocorrer depois de atendido ao disposto neste artigo, no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.



**Art. 52.** No exercício de 2022, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no inciso IV do art. 51 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

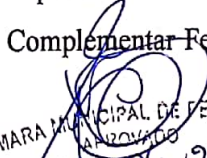
**Parágrafo único.** A autorização para a realização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de competência do Chefe do Poder Executivo, ou caberá a quem ele delegar, respeitados os limites orçamentários de cada órgão.

**CAPÍTULO VI**  
**DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO**  
**TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**Art. 53.** Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

**Art. 54.** Na previsão da receita, para o exercício financeiro de 2022, serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, se atendidas às exigências do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

**Art. 55.** Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquota ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos

  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
MARANHÃO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.



**Art. 56.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**CAPÍTULO VII**

**DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 57.** Os Orçamentos da Administração Direta e da Administração Indireta deverão destinar recursos para o pagamento do serviço da dívida municipal.

**Parágrafo único.** Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de junho de 2021.

**CAPÍTULO VIII**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 58.** Cabe à Secretaria Municipal de Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, de que trata esta Lei.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Planejamento disciplinará:

- I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
- II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos e Fundos; e
- III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta Lei.

**Art. 59.** São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
CNPJ Nº 06.184.253/0001/49

dotação orçamentária, em cumprimento aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Parágrafo único.** Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do *caput* deste artigo.

**Art. 60.** Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser considerados como estimativa, admitindo-se variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2022 ao Legislativo Municipal.

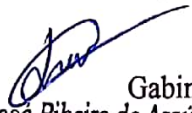
**Art. 61.** A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

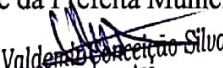
**Art. 62.** A Secretária Municipal de Planejamento divulgará, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais, em cada unidade orçamentária contida no Orçamento Fiscal.

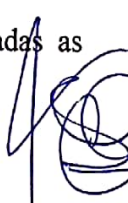
**Art. 63.** Cabe à Controladoria-Geral do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta Lei.


**Art. 64.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Gabinete da Prefeita Municipal de Pedreiras – MA em 08 de abril de 2021.

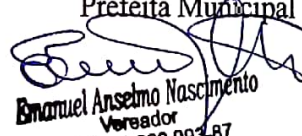
  
José Ribeiro de Araújo  
Vereador  
CPF: 417.743.453-15

  
Valdemir Conceição Silva  
Vereador  
CPF: 028.892.513-06

  
Emerson Pereira da Silva  
Vereador  
CPF: 050.251.163-00

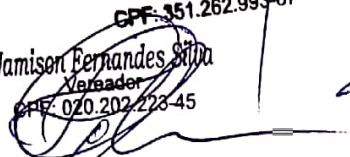
  
Anajara dos Santos Farias  
Vereadora  
CPF: 039.190.003-07


  
VANESSA DOS PRAZERES SANTOS  
Prefeita Municipal

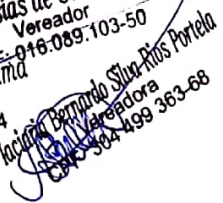
  
Emanuel Anselmo Nascimento  
Vereador  
CPF: 351.262.993-87

  
José Josias de Oliveira Neto  
Vereador  
CPF: 016.089.103-50

  
Aristóteles Silva Sampaio  
Vereador  
CPF: 962.244.443-15

  
Jamison Fernandes Silva  
Vereador  
CPF: 020.202.223-45

  
Valdete Maria Cruz de Lima  
Vereadora  
CPF: 223.416.172-04

  
Luciano Bernardo Silva Rios Portela  
Vereador  
CPF: 304.499.363-68

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO

EM 30-106-1-2021

PRESIDENTE



PREFEITURA	Pedreiras – MA	
ANO DE REFERÊNCIA	2022	

	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
% VALOR CORRENTE	4,25%	4,00%	3,75%	3,50%	3,25%	3,00%
INDICE INFLACIONARIO %	4,31	4,52	3,75	3,50	3,25	3,00
VALOR CONSTANTE	1,04	1,05	1,04	1,07	1,11	1,14

	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
PROJEÇÃO PIB (Estadual)	-	4,50%	4,10%	5,20%	5,20%
	R\$ 106.072.000,00	R\$ 110.845.240,00	R\$ 115.389.894,84	R\$ 121.390.169,37	R\$ 127.702.458,18

INSTITUTO DE PESQUISA **BACEN; IBGE; IMESC;**

### METODOLOGIA DE CÁLCULO - Exemplos:

#### 1 - % Valor Corrente:

1.1 – O percentual projetado para o valor corrente tem por base o crescimento da receita municipal em cada Município.

#### 2 -Valor constante:

2.1 – Para se achar o valor constante, utilizou-se um índice inflacionário projetada com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE. A inflação utilizada em 2019 está considerando a projeção publicada pelo Banco Central.

2.2 – Para se calcular de imediato o valor constante, transformamos os percentuais acima em índices, os quais foram calculados de acordo com as fórmulas demonstradas na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – Parte III (Portaria STN nº 389/2018)

#### 3 - PROJEÇÃO DO PIB (ESTADUAL):

3.1 – A projeção do PIB estadual deve tomar por base dados oficiais de cada Estado.

OBS: Os campos na cor azul devem ser preenchidos, os demais são calculados, e qualquer dúvida sobre as informações a serem informadas nos demonstrativos devem ser tiradas através da 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais onde se encontra capítulo específico sobre os Anexos de Metas Fiscais.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/10/2021  
PRESIDENTE

  
 CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APROVANDO  
 EM 30/06/2021

PRESIDENTE

**TOTAL DAS RECEITAS**  
**2022**


R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Estimadas				
	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
<b>RECEITAS CORRENTES</b>							
<b>Receita Tributária</b>	108.012.119,58	116.330.791,65	108.562.167,00	109.001.901,00	112.816.967,54	116.483.518,98	119.978.024,55
Impostos	5.383.529,40	5.588.938,57	4.163.244,00	4.937.510,00	5.110.322,85	5.276.408,34	5.434.700,59
Taxas	5.209.129,91	5.389.941,62	3.953.150,00	4.700.810,00	4.865.338,35	5.023.461,85	5.174.165,70
<b>Receita de Contribuições</b>	174.399,49	198.996,95	210.094,00	236.700,00	244.984,50	252.946,50	260.534,89
Contribuições Sociais	5.459.607,54	5.622.079,34	7.032.496,00	7.116.850,00	7.365.939,75	7.605.332,79	7.833.492,78
Contribuições Econômicas	3.481.888,91	3.549.551,29	5.061.000,00	5.121.700,00	5.300.959,50	5.473.240,68	5.637.437,90
<b>Receita Patrimonial</b>	1.977.718,63	2.072.528,05	1.971.496,00	1.995.150,00	2.064.980,25	2.132.092,11	2.196.054,87
Aplicações Financeiras	141.089,33	38.284,83	385.245,00	439.720,00	455.110,20	469.901,28	483.998,32
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	141.089,33	38.284,83	385.245,00	439.720,00	455.110,20	469.901,28	483.998,32
<b>Receita de Serviços</b>	82.875,81	62.840,81	105.000,00	146.771,00	151.907,99	156.844,99	161.550,34
<b>Transferências Correntes</b>	96.721.848,63	104.669.250,16	96.845.660,00	96.330.160,00	99.701.715,60	102.942.021,36	106.030.282,00
Transferências da União	72.108.175,22	82.548.193,25	69.547.920,00	70.498.460,00	72.965.906,10	75.337.298,05	77.597.416,99
Transferências dos Estados	10.651.483,17	8.963.788,69	15.557.830,00	13.981.700,00	14.471.059,50	14.941.368,93	15.389.610,00
Transferências dos Municípios	-	-	27.160,00	-	-	-	-
Transferências Multigovernamentais	13.962.190,24	13.157.268,22	11.712.750,00	11.850.000,00	12.264.750,00	12.663.354,38	13.043.255,01
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	223.168,87	349.397,94	30.522,00	30.890,00	31.971,15	33.010,21	34.000,52
Multa e Juros de Mora	-	-	-	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	223.168,87	349.397,94	30.522,00	30.890,00	31.971,15	33.010,21	34.000,52
<b>Receita da Dívida Ativa</b>	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Diversas	-	-	-	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	1.601.002,40	1.413.892,10	14.427.425,00	15.470.500,00	16.011.967,50	16.532.356,44	17.028.327,14

R

Operações de crédito																		
Amortização de empréstimos																		
Alienações de Bens																		
Transferência de Capital	1.601.002,40	1.413.892,10	14.416.925,00	15.459.850,00	16.000.944,75	16.520.975,45	17.016.604,72											
Transferência de Convênio	1.601.002,40	1.413.892,10	14.416.925,00	15.459.850,00	16.000.944,75	16.520.975,45	17.016.604,72											
Outras Receitas de Capital	-	-	10.500,00	10.650,00	11.022,75	11.380,99	11.722,42											
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.477.482,60</b>	<b>3.545.489,27</b>	<b>5.061.000,00</b>	<b>5.121.700,00</b>	<b>5.300.959,50</b>	<b>5.473.240,68</b>	<b>5.637.437,90</b>											
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	3.477.482,60	3.545.489,27	5.061.000,00	5.121.700,00	5.300.959,50	5.473.240,68	5.637.437,90											
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>7.627.468,65</b>	<b>6.091.118,36</b>	<b>6.900.474,00</b>	<b>6.626.732,00</b>	<b>6.858.667,62</b>	<b>7.081.574,32</b>	<b>7.294.021,55</b>											
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	7.627.468,65	6.091.118,36	6.900.474,00	6.626.732,00	6.858.667,62	7.081.574,32	7.294.021,55											
<b>TOTAL</b>	<b>105.463.135,93</b>	<b>115.199.054,66</b>	<b>121.150.118,00</b>	<b>122.967.369,00</b>	<b>127.271.226,92</b>	<b>131.407.541,79</b>	<b>135.349.768,04</b>											
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA*</b>	<b>89.275.293,37</b>	<b>100.599.003,64</b>	<b>89.700.219,00</b>	<b>90.626.737,00</b>	<b>93.798.672,80</b>	<b>96.847.129,66</b>	<b>99.752.543,55</b>											

\* Receita total subtraindo-se as Contribuições sociais, Receitas de capital, Receitas Intra-orçamentárias Correntes e Deduções para a formação do FUNDEB

  
 CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APROVADO  
 EM 30.10.2021  
 PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APROVADO  
 EM 30/06/2021  
 PRESIDENTE

**TOTAL DE DESPESAS  
 2022**

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas		Previstas				
	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
<b>DESPESAS CORRENTES (I)</b>	<b>109.177.694,02</b>	<b>110.493.529,13</b>	<b>88.602.812,00</b>	<b>91.336.830,00</b>	<b>94.533.619,05</b>	<b>97.605.961,67</b>	<b>100.534.140,52</b>
Pessoal e Encargos Sociais	66.773.710,55	70.554.614,06	46.249.889,00	47.706.017,00	49.375.727,60	50.980.438,74	52.509.851,90
Juros e Encargos da Dívida	-	-	26.250,00	26.500,00	27.427,50	28.318,89	29.168,46
Outras Despesas Correntes	42.403.983,47	39.938.915,07	42.326.673,00	43.604.313,00	45.130.463,96	46.597.204,03	47.995.120,15
<b>DESPESAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>3.185.166,75</b>	<b>3.404.218,51</b>	<b>29.293.261,00</b>	<b>31.235.909,00</b>	<b>32.329.165,82</b>	<b>33.379.863,70</b>	<b>34.381.259,62</b>
Investimentos	2.112.591,55	2.729.929,83	28.568.761,00	30.485.909,00	31.552.915,82	32.578.385,58	33.555.737,15
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização Financeira	1.072.575,20	674.288,68	724.500,00	750.000,00	776.250,00	801.478,13	825.522,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	389.960,00	394.630,00	408.442,05	421.716,42	434.367,91
<b>TOTAL</b>	<b>112.362.860,77</b>	<b>113.897.747,64</b>	<b>118.286.033,00</b>	<b>122.967.369,00</b>	<b>127.271.226,92</b>	<b>131.407.541,79</b>	<b>135.349.768,04</b>



**METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO**  
**2022**


EM  
PRESIDENTE

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas					Estimadas			
	2019	2020	2020	2021	2022	2022	2023	2024	
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>100.384.650,93</b>	<b>110.239.673,29</b>	<b>101.661.693,00</b>	<b>102.375.169,00</b>	<b>105.958.299,92</b>	<b>109.401.944,66</b>	<b>112.684.003,00</b>		
Receita Tributária	5.383.529,40	5.588.938,57	4.163.244,00	4.937.510,00	5.110.322,85	5.276.408,34	5.434.700,59		
Receita de Contribuição	5.459.607,54	5.622.079,34	7.032.496,00	7.116.850,00	7.365.939,75	7.605.332,79	7.833.492,78		
Receita Patrimonial	141.089,33	38.284,83	385.245,00	439.720,00	455.110,20	469.901,28	483.998,32		
· Aplicações Financeiras ( II )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	141.089,33	38.284,83	385.245,00	439.720,00	455.110,20	469.901,28	483.998,32		
Receita de Serviços	82.875,81	62.840,81	105.000,00	146.771,00	151.907,99	156.844,99	161.550,34		
Transferências Correntes	96.721.848,63	104.669.250,16	96.845.660,00	96.330.160,00	99.701.715,60	102.942.021,36	106.030.282,00		
Demais Receitas Correntes	223.168,87	349.397,94	30.522,00	30.890,00	31.971,15	33.010,21	34.000,52		
Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEB	7.627.468,65	6.091.118,36	6.900.474,00	6.626.732,00	6.858.667,62	7.081.574,32	7.294.021,55		
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES ( III ) = ( I - II )</b>	<b>100.384.650,93</b>	<b>110.239.673,29</b>	<b>101.661.693,00</b>	<b>102.375.169,00</b>	<b>105.958.299,92</b>	<b>109.401.944,66</b>	<b>112.684.003,00</b>		
<b>RECEITAS DE CAPITAL ( IV )</b>	<b>1.601.002,40</b>	<b>1.413.892,10</b>	<b>14.427.425,00</b>	<b>15.470.500,00</b>	<b>16.011.967,50</b>	<b>16.532.356,44</b>	<b>17.028.327,14</b>		
Operações de Crédito ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos ( VI )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Ativos ( VII )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferência de Capital	1.601.002,40	1.413.892,10	14.416.925,00	15.459.850,00	16.000.944,75	16.520.975,45	17.016.604,72		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	10.500,00	10.650,00	11.022,75	11.380,99	11.722,42		
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL ( VIII ) = ( IV-V-VI-VII )</b>	<b>1.601.002,40</b>	<b>1.413.892,10</b>	<b>14.427.425,00</b>	<b>15.470.500,00</b>	<b>16.011.967,50</b>	<b>16.532.356,44</b>	<b>17.028.327,14</b>		
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS ( OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS ) ( IX ) = ( III + VIII )</b>	<b>101.985.653,33</b>	<b>111.653.565,39</b>	<b>116.089.118,00</b>	<b>117.845.669,00</b>	<b>121.970.267,42</b>	<b>125.934.301,11</b>	<b>129.712.330,14</b>		
<b>DESPESAS CORRENTES ( X )</b>	<b>109.177.694,02</b>	<b>110.493.529,13</b>	<b>88.602.812,00</b>	<b>91.336.830,00</b>	<b>94.533.619,05</b>	<b>97.605.961,67</b>	<b>100.534.140,52</b>		
Pessoal e Encargos Sociais	66.773.710,55	70.554.614,06	46.249.889,00	47.706.017,00	49.375.727,60	50.980.438,74	52.509.851,90		
Juros e Encargos da Dívida ( XI )	0,00	0,00	26.250,00	26.500,00	27.427,50	28.318,89	29.168,46		
Outras Despesas Correntes	42.403.983,47	39.938.915,07	42.326.673,00	43.604.313,00	45.130.463,96	46.597.204,03	47.995.120,15		
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES ( XII ) = ( X - XI )</b>	<b>109.177.694,02</b>	<b>110.493.529,13</b>	<b>88.576.562,00</b>	<b>91.310.330,00</b>	<b>94.506.191,55</b>	<b>97.577.642,78</b>	<b>100.504.972,06</b>		
<b>DESPESAS DE CAPITAL ( XIII )</b>	<b>3.185.166,75</b>	<b>3.404.218,51</b>	<b>29.293.261,00</b>	<b>31.235.909,00</b>	<b>32.329.165,82</b>	<b>33.379.863,70</b>	<b>34.381.259,62</b>		
Investimentos	2.112.591,55	2.729.929,83	28.568.761,00	30.485.909,00	31.552.915,82	32.578.385,58	33.555.737,15		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida ( XIV )	1.072.575,20	674.288,68	724.500,00	750.000,00	776.250,00	801.478,13	825.522,47		
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL ( XV ) = ( XIII - XIV )</b>	<b>2.112.591,55</b>	<b>2.729.929,83</b>	<b>28.568.761,00</b>	<b>30.485.909,00</b>	<b>31.552.915,82</b>	<b>32.578.385,58</b>	<b>33.555.737,15</b>		
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA ( XVI )</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>389.960,00</b>	<b>394.630,00</b>	<b>394.768,12</b>	<b>394.896,42</b>	<b>395.024,76</b>		

<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)</b>	111.290.285,57	113.223.458,96	117.535.283,00	122.190.869,00	126.453.875,49	130.550.924,77	134.455.733,97
--	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)</b>	-9.304.632,24	-1.569.893,57	-1.446.165,00	-4.345.200,00	-4.483.608,07	-4.616.623,67	-4.743.403,83
---------------------------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Estimadas				
	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
Receitas Primárias advindas de PPP (XVIII)					0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (XIX)					0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (XX) = (XVIII-XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


  
 CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APROVADO  
 EM 30/06/2024  
 PRESIDENTE

8



**METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2022**

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2020	II - Metas Realizadas em 2020
I - Receita Total	116.089.118,00	111.653.565,39
II - Receitas Não-Financeiras	116.089.118,00	111.653.565,39
III - Despesas Total	118.286.033,00	113.897.747,64
IV - Despesas Não-Financeiras	117.535.283,00	113.223.458,96
V - Resultado Primário ( II - IV )	(1.446.165,00)	(1.569.893,57)
VI - Resultado Nominal	(4.982.410,70)	50.187.947,04
VII - Dívida Pública Consolidada	1.540.164,50	23.922.174,84
VIII - Dívida Consolidada Líquida	(4.982.410,70)	32.320.072,56
<b>VALOR DO PIB ESTADUAL</b>	<b>106.072.000,00</b>	

  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE


90

## EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2022

PATRIMONIO LIQUIDO	2020	2019	2018
Patrimônio/Capital	14.778.103,32	16.221.929,50	19.542.714,45
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

### REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMONIO LIQUIDO	2020	2019	2018
Patrimônio/Capital	Nada a registrar	Nada a registrar	Nada a registrar
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE



**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  
OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2022**

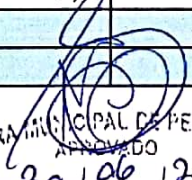
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receitas de Capital - de Alienação de Ativos (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis	NADA	A	REGISTRAR
Rendimentos de Aplicações Financeiras			
<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>	-	-	-
<b>Despesas de Capital</b>	-	-	-
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Aportização/Refinanciamento da Dívida	NADA	A	REGISTRAR
<b>DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS</b>	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

  
 SÂMARA MULLER DE PEDREIRAS  
 ANOTADO  
 EM 30/06/2021  
 PRESIDENTE


<b>RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>			
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	6.969.803,38	6.708.920,50	7.095.040,56
<b>Receita de Contribuições dos Segurados</b>	3.484.661,52	3.355.829,76	3.549.551,29
Civil	3.484.661,52	3.355.829,76	3.549.551,29
Ativo	3.484.661,52	3.355.829,76	3.549.551,29
Inativo		0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
<b>Receita de Contribuições Patronais</b>	3.484.661,52	3.351.761,94	3.545.489,27
Civil	3.484.661,52	3.351.761,94	3.545.489,27
Ativo	3.484.661,52	3.351.761,94	3.545.489,27
Inativo	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
<b>Receita Patrimonial</b>	480,34	1.328,80	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	1.328,80	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	480,34	0,00	
<b>Receita de Serviços</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Outras Receitas Correntes</b>	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (IV)</b>	34.281,63	0,00	0,00
Despesas Correntes	34.281,63	0,00	0,00
Despesas de Capital			
<b>PREVIDÊNCIA (V)</b>	11.187.260,85	12.970.412,13	14.198.914,75
<b>Benefícios - Civil</b>	11.187.260,85	12.970.412,13	14.197.070,16
Aposentadorias	10.195.759,17	11.044.527,67	12.019.017,27
Pensões	991.501,68	1.925.884,46	2.178.052,89
Outros Benefícios Previdenciários			

AMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 EM 30/06/2021  
 PRESIDENTE

<b>Benefícios - Militar</b>	0,00	0,00	0,00
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
<b>Outras Despesas Previdenciárias</b>	0,00	0,00	1.844,59
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	0,00		1.844,59
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
VALOR			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
VALOR			
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00		
Investimentos e Aplicações	0,00		
Outro Bens e Direitos	0,00	12.784,42	
<b>PLANO FINANCEIRO</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>28.019,02</b>	<b>298.288,31</b>	<b>0,00</b>
<b>Receita de Contribuições dos Segurados</b>	<b>13.573,56</b>	<b>125.720,66</b>	<b>0,00</b>
Civil	13.573,56	125.720,66	0,00
Ativo	13.573,56	125.720,66	0,00
Inativo			
Pensionista			
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
<b>Receita de Contribuições Patronais</b>	<b>13.573,56</b>	<b>125.720,66</b>	<b>0,00</b>
Civil	13.573,56	125.720,66	0,00
Ativo	13.573,56	125.720,66	0,00
Inativo			
Pensionista			
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			

  
 CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APRESENTO  
 EM 30/06/2021  
 PRESIDENTE

Pensionista			
<b>Receita Patrimonial</b>	871,90	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	871,90	0,00	0,00
Outras Receltas Patrimoniais	0,00		
<b>Receita de Serviços</b>	0,00	0,00	
<b>Outras Receltas Correntes</b>	0,00	46.846,99	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	46.846,99	
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IX)</b>	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (XI)</b>	111.218,98	298.288,31	0,00
Despesas Correntes	111.218,98	298.288,31	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>PREVIDÊNCIA (XII)</b>	1.691.150,74	0,00	0,00
Benefícios - Civil	1.691.150,74	0,00	0,00
Aposentadorias	845.575,37		
Pensões	837.575,37	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	8.000,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Fonte: Balancetes do RPPS			

  
 CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APROVADO  
 EM 30/06/2021  
 PRESIDENTE

**Pedreiras – MA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**2022**

DRF, art. 4º, § 1º

EVENTO	VALOR PREVISTO 2022
Aumento Permanente da Receita	R\$ 1,00
( - ) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	-
( - ) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I )	-
Redução Permanente de Despesa ( II )	-
Margem Bruta ( III ) = ( I + II )	-
Saldo Utilizado ( IV )	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC ( III - IV )	-
	NADA CONSTA
	NADA CONSTA
	NADA CONSTA
	NADA CONSTA
	NADA CONSTA
	NADA CONSTA
	NADA CONSTA
	NADA CONSTA


CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 ARQUIVADO

EM 30/06/2022

PRESIDENTE

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS  
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2022**

EVENTO	VALOR PREVISTO 2022
Aumento Permanente da Receita	
( - ) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	NADA CONSTA
( - ) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I )</b>	<b>NADA CONSTA</b>
Redução Permanente de Despesa ( II )	
<b>Margem Bruta ( III ) = ( I + II )</b>	<b>NADA CONSTA</b>
<b>Saldo Utilizado ( IV )</b>	<b>-</b>
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC ( III - IV )</b>	<b>NADA CONSTA</b>

  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE

①


**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2022**

SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2022	2023	
	NADA CONSTA			
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE

**RISCOS FISCAIS  
2022**

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dividas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	380.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	380.000,00
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>380.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>380.000,00</b>
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	8.000.000,00	Reestruturação do sistema tributário para aumento da arrecadação dos tributos municipais	8.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.000.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.000.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.380.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>8.380.000,00</b>

  
 CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APROVADO  
 EM 30/06/2021  
 PRESIDENTE



**Pedreiras – MA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**I - METAS ANUAIS**  
**2022**


RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024					
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100
Receita Total	127.271.226,92	130.973.197,78	113,50	139,63	131.407.541,79	139.624.796,07	115,02	144,17	129.712.330,14	148.127.946,15	115,99	148,50
Receitas Primárias ( I )	121.870.267,42	130.973.197,78	113,50	139,63	125.934.301,11	139.624.796,07	115,02	144,17	129.712.330,14	148.127.946,15	115,99	148,50
Despesa Total	127.271.226,92	136.650.751,12	118,43	145,69	131.407.541,79	145.663.304,81	120,00	150,41	135.310.423,90	154.570.817,81	121,00	154,90
Despesas Primárias ( II )	126.453.875,49	135.787.752,17	117,68	144,77	130.550.924,77	144.743.299,39	119,24	149,46	134.455.733,97	153.544.784,06	120,24	153,93
Resultado Primário (III) = ( I - II )	(4.483.608,07)	(4.674.554,39)	(4,17)	(5,13)	(4.616.623,67)	(5.118.503,32)	(4,22)	(5,29)	(4.743.403,83)	(5.416.837,91)	(4,24)	(5,43)
Resultado Nominal	68.237.773,20	73.274.573,83	63,50	78,12	70.539.331,01	78.207.760,88	64,43	80,75	72.742.275,19	83.069.695,93	65,05	83,28
Dívida Pública Consolidada	25.687.930,37	27.584.020,73	23,91	29,41	26.522.788,11	29.406.117,70	24,22	30,36	27.318.471,75	31.196.650,27	24,43	31,27
Dívida Consolidada Líquida	34.705.687,92	37.267.412,24	32,30	39,73	35.833.633,10	39.728.157,74	32,73	41,02	36.908.642,09	42.148.663,45	33,01	42,25
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00

Fonte: BACEN;IBGE; IMESC;Relatórios da LRF

  
 CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APROVADO  
 EM 30.1.2021  
 PRESIDENTE

*Handwritten mark*

  
 CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APROVADO  
 30.06.2021  
 PRESIDENTE

Pedreiras – MA  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
 2022

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2020	% PIB	% RCL	% RCL	Variação	
								Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
I - Receita Total	116.089.118,00	109,44	129,42	111.653.565,39	105,26	110,99	110,99	(4.435.552,61)	(3,82)
II - Receitas Primárias (I)	116.089.118,00	109,44	129,42	111.653.565,39	105,26	110,99	110,99	(4.435.552,61)	(3,82)
III - Despesa Total	118.286.033,00	111,51	131,87	113.897.747,64	107,38	113,22	113,22	(4.388.285,36)	(3,71)
IV - Despesas Primárias (II)	117.535.283,00	110,81	97,02	113.223.458,96	106,74	112,55	112,55	(4.311.824,04)	(3,67)
V - Resultado Primário (I - II)	(1.446.165,00)	(1,36)	(1,61)	(1.569.893,57)	(1,48)	(1,56)	(1,56)	(123.728,57)	8,56
VI - Resultado Nominal	(4.982.410,70)	(4,70)	(5,55)	50.187.947,04	47,31	49,89	49,89	55.170.357,74	(1.107,30)
VII - Dívida Pública Consolidada	1.540.164,50	1,45	1,72	23.922.174,84	22,55	23,78	23,78	22.382.010,34	1.453,22
VIII - Dívida Consolidada Líquida	(4.982.410,70)	(4,70)	(5,55)	32.320.072,56	30,47	32,13	32,13	37.302.483,26	(748,68)

Fonte: BACEN/IBGE; IMESC; Relatórios da LRF

**Pedreiras – MA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2022**


AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020		2019		2018		R\$ 1,00	
	Patrimônio/Capital	%	Patrimônio/Capital	%	Patrimônio/Capital	%		%
Patrimônio/Capital	14.778.103,32	100,00	16.221.929,50	100,00	19.542.714,45	100,00		100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-		-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-		-
<b>TOTAL</b>	<b>14.778.103,32</b>	<b>100,00</b>	<b>16.221.929,50</b>	<b>100,00</b>	<b>19.542.714,45</b>	<b>100,00</b>		<b>100,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020		2019		2018		%	
	Patrimônio/Capital	%	Patrimônio/Capital	%	Patrimônio/Capital	%		%
Patrimônio/Capital	Nada a registrar	0,00	Nada a registrar	0,00	Nada a registrar	0,00		0,00
Reservas	-	-	-	-	-	-		-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-		-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>-</b>

Fonte: BACEN/IBGE; IMESC;/ Relatórios da LRF

  
 CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APROVADO  
 EM 30/06/2021  
 PRESIDENTE

**Pedreiras – MA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**2022**

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
<b>RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	NADA	A	REGISTRAR
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	2020	2019	2018
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>			
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	NADA	A	REGISTRAR
<b>DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	2020	2019	2018
<b>VALOR (III)</b>	-	-	-

Fonte: BACEN; BGE; IMESC; / Relatórios da LRF

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 EM 30/06/2021  
 PRESIDENTE

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2018	2019	2020
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>6.969.803,38</b>	<b>6.708.820,50</b>	<b>7.895.848,58</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>3.484.861,52</b>	<b>3.355.829,76</b>	<b>3.548.551,20</b>
<b>Receita de Contribuições dos Segurados</b>	<b>3.484.861,52</b>	<b>3.355.829,76</b>	<b>3.548.551,20</b>
Civil	3.484.861,52	3.355.829,76	3.548.551,20
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pensionista	3.484.861,52	3.351.761,84	3.545.488,27
<b>Receita de Contribuições Patronais</b>	<b>3.484.861,52</b>	<b>3.351.761,84</b>	<b>3.545.488,27</b>
Civil	3.484.861,52	3.351.761,84	3.545.488,27
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pensionista	488,34	1.328,88	8,80
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receitas Imobiliárias	0,00	1.328,89	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	488,34	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
<b>Receita de Serviços</b>	<b>8,80</b>	<b>0,00</b>	<b>8,80</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização do Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	8,80	0,00	8,80
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (I) + (II)</b>	<b>6.969.803,38</b>	<b>6.708.820,50</b>	<b>7.895.848,58</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>34.281,63</b>	<b>0,00</b>	<b>8,80</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (IV)</b>	<b>34.281,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	34.281,63	0,00	0,00
<b>PREVIDÊNCIA (V)</b>	<b>11.187.269,85</b>	<b>12.970.412,13</b>	<b>14.198.814,75</b>
Benefícios - Civil	11.187.269,85	12.970.412,13	14.197.878,18
Aposentadorias	10.185.759,17	11.044.527,67	12.019.017,27
Pensões	991.501,68	1.925.884,46	2.178.052,89
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	1.844,58
<b>Outras Despesas Previdenciárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	1.844,58
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) + (V)</b>	<b>11.221.551,48</b>	<b>12.970.412,13</b>	<b>14.198.814,75</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) - (III) - (VI)</b>	<b>-4.251.758,10</b>	<b>-6.261.591,63</b>	<b>-7.102.976,19</b>
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	12.784,42	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
<b>PLANO FINANCEIRO</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>28.918,02</b>	<b>298.288,31</b>	<b>8,80</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>13.573,56</b>	<b>125.720,66</b>	<b>8,80</b>
<b>Receita de Contribuições dos Segurados</b>	<b>13.573,56</b>	<b>125.720,66</b>	<b>0,00</b>
Civil	13.573,56	125.720,66	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pensionista	13.573,56	125.720,66	8,80
<b>Receita de Contribuições Patronais</b>	<b>13.573,56</b>	<b>125.720,66</b>	<b>0,00</b>
Civil	13.573,56	125.720,66	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>871,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	871,99	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
<b>Receita de Serviços</b>	<b>0,00</b>	<b>48.846,99</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	48.846,99	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII) + (IX)</b>	<b>28.918,02</b>	<b>298.288,31</b>	<b>8,80</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>111.218,98</b>	<b>298.288,31</b>	<b>0,00</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (XI)</b>	<b>111.218,98</b>	<b>298.288,31</b>	<b>0,00</b>
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	111.218,98	298.288,31	0,00
<b>PREVIDÊNCIA (XII)</b>	<b>1.691.150,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Benefícios - Civil	1.691.150,74	0,00	0,00
Aposentadorias	845.575,37	0,00	0,00
Pensões	837.575,37	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	8.000,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
<b>Outras Despesas Previdenciárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XIII) = (XI) + (XII)</b>	<b>1.802.369,72</b>	<b>298.288,31</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) - (X) - (XIII)</b>	<b>-1.773.451,70</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Recursos para Cobertura de Inadimplências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Fonte: Balanço do RPPS			

Handwritten mark resembling a stylized 'S' or '3'.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 EM 30.10.2020  
 PRESIDENTE

**Pedreiras – MA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**  
**2022**

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a") R\$ milhares

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d) = (d Exercício anterior) + c
2021				-18.606.131,08
2022	7.969.612,45	12.093.572,96	-4.123.960,51	-22.730.091,59
2023	10.186.588,16	12.259.026,65	-2.072.438,49	-24.802.530,08
2024	12.576.975,69	12.406.538,17	170.437,52	-24.632.092,56
2025	13.894.534,34	12.585.884,13	1.308.650,21	-23.323.442,35
2026	16.588.402,49	12.644.134,05	3.944.268,44	-19.379.173,91
2027	18.296.278,75	12.758.997,69	5.537.281,06	-13.841.892,85
2028	18.735.410,01	12.929.784,08	5.805.625,93	-8.036.266,92
2029	19.207.040,63	13.009.038,29	6.198.002,34	-1.838.264,58
2030	19.484.132,38	14.196.876,49	5.287.255,89	3.448.991,31
2031	19.586.404,23	15.990.324,40	3.596.079,83	7.045.071,14
2032	19.889.780,55	16.224.147,29	3.665.633,26	10.710.704,40
2033	20.149.401,51	16.696.297,72	3.453.103,79	14.163.808,19
2034	20.383.058,90	17.228.987,72	3.154.071,18	17.317.879,37
2035	20.576.572,84	17.867.800,74	2.708.772,10	20.026.651,47
2036	20.728.433,54	18.575.419,54	2.153.014,00	22.179.665,47
2037	20.911.828,78	18.943.966,50	1.967.862,28	24.147.527,75
2038	21.140.609,07	19.017.718,54	2.122.890,53	26.270.418,28
2039	21.400.560,51	18.975.617,20	2.424.943,31	28.695.361,59
2040	21.655.392,86	19.049.428,82	2.605.964,04	31.301.325,63
2041	21.920.493,95	19.123.547,64	2.796.946,31	34.098.271,94
2042	22.189.497,70	19.234.340,71	2.955.156,99	37.053.428,93
2043	22.522.062,46	19.067.036,06	3.455.026,40	40.508.455,33
2044	22.888.897,17	18.878.188,71	4.010.708,46	44.519.163,79
2045	23.293.445,67	18.668.382,31	4.625.063,36	49.144.227,15
2046	23.758.408,75	18.340.601,78	5.417.806,97	54.562.034,12
2047	24.285.403,21	17.942.573,03	6.342.830,18	60.904.864,30
2048	24.851.170,30	17.634.868,36	7.216.301,94	68.121.166,24
2049	25.483.329,51	17.261.124,14	8.222.205,37	76.343.371,61
2050	26.155.387,44	16.999.105,34	9.156.282,10	85.499.653,71
2051	26.936.730,88	16.472.849,06	10.463.881,82	95.963.535,53
2052	27.822.291,45	15.824.796,95	11.997.494,50	107.961.030,03
2053	28.797.559,98	15.200.119,53	13.597.440,45	121.558.470,48
2054	6.433.368,16	14.522.504,19	-8.089.136,03	113.469.334,45
2055	5.983.875,88	13.847.986,11	-7.864.110,23	105.605.224,22
2056	5.548.160,90	13.175.056,37	-7.626.895,47	97.978.328,75
2057	5.129.065,75	12.493.899,64	-7.364.833,89	90.613.494,86
2058	4.728.652,71	11.802.616,37	-7.073.963,66	83.539.531,20
2059	4.345.168,79	11.120.051,45	-6.774.882,66	76.764.648,54
2060	3.979.020,49	10.447.640,37	-6.468.619,88	70.296.028,66
2061	3.630.543,22	9.786.974,99	-6.156.431,77	64.139.596,89
2062	3.299.998,04	9.139.629,60	-5.839.631,56	58.299.965,33
2063	2.987.573,14	8.507.079,76	-5.519.506,62	52.780.458,71
2064	2.693.380,23	7.890.788,19	-5.197.407,96	47.583.050,75
2065	2.417.450,14	7.292.215,15	-4.874.765,01	42.708.285,74
2066	2.159.728,76	6.712.806,41	-4.553.077,65	38.155.208,09
2067	1.920.069,54	6.154.049,13	-4.233.979,59	33.921.228,50
2068	1.698.230,98	5.617.378,85	-3.919.147,87	30.002.080,63
2069	1.493.885,16	5.103.994,71	-3.610.109,55	26.391.971,08
2070	1.306.618,23	4.615.000,52	-3.308.382,29	23.083.588,79
2071	1.135.930,01	4.151.422,05	-3.015.492,04	20.068.096,75
2072	981.233,76	3.714.200,71	-2.732.966,95	17.335.129,80
2073	841.861,26	3.304.108,85	-2.462.247,59	14.872.882,21
2074	717.076,08	2.921.614,26	-2.204.538,18	12.668.344,03
2075	606.087,01	2.566.893,87	-1.960.806,86	10.707.537,17
2076	508.057,15	2.239.918,02	-1.731.860,87	8.975.676,30
2077	422.111,84	1.940.479,01	-1.518.367,17	7.457.309,13
2078	347.348,31	1.668.170,59	-1.320.822,28	6.136.486,85
2079	282.848,79	1.422.340,31	-1.139.491,52	4.996.995,33
2080	227.696,61	1.202.051,76	-974.355,15	4.022.640,18
2081	180.988,83	1.006.159,63	-825.170,80	3.197.469,38
2082	141.847,08	833.351,34	-691.504,26	2.505.965,12
2083	109.428,01	682.165,01	-572.737,00	1.933.228,12
2084	82.931,33	551.039,39	-468.108,06	1.465.120,06
2085	61.603,28	438.398,80	-376.795,52	1.088.324,54
2086	44.736,85	342.710,36	-297.973,51	790.351,03
2087	31.672,40	262.477,72	-230.805,32	559.545,71
2088	21.798,22	196.242,13	-174.443,91	385.101,80
2089	14.546,03	142.668,01	-128.121,98	256.979,82
2090	9.390,38	100.473,52	-91.083,14	165.896,68
2091	5.855,38	68.307,08	-62.451,70	103.444,98
2092	3.524,09	44.710,14	-41.186,05	62.258,93
2093	2.047,92	28.144,64	-26.096,72	36.162,21
2094	1.190,62	17.717,05	-16.526,43	19.635,78
2095	692,11	11.152,86	-10.460,75	9.175,03

**CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS**  
 EM 30.10.2021  
 PRESIDENTE

**Pedreiras – MA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**2022**

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art 4º, § 12º, inciso V)

R\$ 1,00

SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2022	2023	
	NADA CONSTA			
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

  
 CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APROVADO  
 EM 30/10/2021  
 PRESIDENTE



**Pedreiras – MA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**


**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2022**

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTO	VALOR PREVISTO 2022
Aumento Permanente da Receita	0,00
( - ) Transferências Constitucionais	NADA CONSTA
( - ) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I )	0,00
Redução Permanente de Despesa ( II )	0,00
Margem Bruta ( III ) = ( I + II )	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta ( IV )	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC ( V ) = ( III - IV )	0,00


  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
APROVADO  
EM 30/06/2021  
PRESIDENTE



**Pedreiras – MA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ANEXO - RISCOS FISCAIS**  
**2022**

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

  
 CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
 APROVADO  
 EM 30 de 06 de 2021  
 PRESIDENTE

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	380.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	380.000,00
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>380.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>380.000,00</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	8.000.000,00	Restituição do sistema tributário para aumento da arrecadação dos tributos municipais	8.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.000.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.000.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.380.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>8.380.000,00</b>